

# DO MINHO AO MANDOVI

UM ESTUDO SOBRE O PENSAMENTO  
COLONIAL DE NORTON DE MATOS

SÉRGIO NETO



Versão integral disponível em [digitalis.uc.pt](http://digitalis.uc.pt)

# HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA



**Diretor Principal**

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Os originais enviados são sujeitos a apreciação científica por referees.

**Assistente Editorial**

Marlene Taveira

**Comissão Científica**

Agnes Szilagyi

Universidade Eötvös Loránd (Budapeste)

Alice Kessler-Harris

Columbia University

Álvaro Garrido

Universidade de Coimbra

Daniel Innerarity

Universidad de Zaragoza

Hipólito de la Torre Gómez

UNED – Madrid

Ioan Horga

Universidade de Oradea – Oradea

Jean Garrigues

Universidade de Orléans

João Paulo Avelãs Nunes

Universidade de Coimbra

Jorge Alves

Universidade do Porto

Luís Reis Torgal

Universidade de Coimbra

Maria da Conceição Meireles

Universidade do Porto

Maria Luiza Tucci Carneiro

Universidade de São Paulo (Brasil)

Mariano Esteban Vega

Universidade de Salamanca

Maurizio Ridolfi

Università della Tuscia (Viterbo)

Rui Cunha Martins

Universidade de Coimbra

Sérgio Campos Matos

Universidade de Lisboa

**Edição**

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

**Imagem da Capa**

© Kumar Raushan, 2012. *View of fort from the light house.*

**Infografia da Capa**

Carlos Costa e Linda Redondo

**Infografia**

Linda Redondo

**Impressão e Acabamento**

Simões & Linhares, Lda

**ISBN**

978-989-26-1172-3

**ISBN Digital**

978-989-26-1173-0

**DOI**

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1173-0>

**Depósito Legal**

416446/16

© OUTUBRO 2016,  
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SÉRGIO NETO

DO MINHO  
AO MANDOVÍ

UM ESTUDO SOBRE O PENSAMENTO COLONIAL  
DE NORTON DE MATOS



2 0 1 6 • C O I M B R A

## SUMÁRIO

<b>SIGLAS</b> .....	7
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>I – LIBERALISMO E COLONIALISMO: DO BRASIL À CONTRACOSTA</b>	
AS BANDEIRAS DE SÁ .....	27
DIREITOS HISTÓRICOS E OCUPAÇÃO EFETIVA .....	54
ARQUEOLOGIA DO RACISMO E ANTROPOLOGIA DO DETERMINISMO .....	66
<b>II – O JOVEM NORTON DE MATOS</b>	
OS PRIMEIROS ANOS.....	85
DE LISBOA A COIMBRA E DE COIMBRA A LISBOA.....	94
NO REGIMENTO DE MOUZINHO .....	106
<b>III – O AGRIMENSOR: NA ROMA DO ORIENTE</b>	
VELHAS E NOVAS CONQUISTAS .....	115
FUNÇÕES E COMISSÕES.....	132
“O PASSADO E O PRESENTE DE UMA COLÓNIA PORTUGUESA” .....	142
<b>IV – O AGRIMENSOR: DO MINHO A MACAU</b>	
UMA QUESTÃO DE LIMITES? .....	153
UMA MISSÃO, VÁRIAS TENTATIVAS, NENHUM RESULTADO .....	164
“CAVAQUEAREMOS HOJE SOBRE <i>MACAU</i> ” E A CHINA .....	171

<b>V – A OBRA DA REPÚBLICA</b>	
A OBRA FEITA E A OBRA POR FAZER.....	179
POLÍTICA, JORNALISMO E DOCÊNCIA.....	188
O DUELO DE AMBACA .....	204
<b>VI – O GOVERNADOR-GERAL</b>	
ANGOLA: CATORZE VEZES A EXTENSÃO DA METRÓPOLE .....	219
ORDEM E PROGRESSO .....	230
DAS OUTRAS TRANSFORMAÇÕES DE ANGOLA .....	245
<b>VII – O ALTO-COMISSÁRIO</b>	
MUTAÇÕES DA REPÚBLICA.....	261
PROCÔNSUL OU IMPERADOR? .....	281
LUANDA, LISBOA, LONDRES .....	298
<b>VIII – “MÍSTICA IMPERIAL” VERSUS “NAÇÃO UNA”</b>	
UM ATO COLONIAL.....	321
OS JORNAIS E(M) REVISTA(S) .....	339
<i>O MUNDO PORTUGUÊS</i> – ÉTICA E ESTÉTICA.....	351
<b>IX – Os (PEN)ÚLTIMOS ANOS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS</b>	
RAÍZES DO MUNDO QUE O PORTUGUÊS CRIOU .....	363
IMPÉRIOS DO MUNDO E CONCEÇÕES HISTÓRICO-COLONIAIS .....	379
GUERRA, ELEIÇÕES E TESTAMENTO.....	394
<b>CONCLUSÕES</b> .....	407
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b> .....	419

## **SIGLAS**

**ABNM** – ARQUIVO-BIBLIOTECA NORTON DE MATOS

**AGC** – AGÊNCIA-GERAL DAS COLÓNIAS

**AGU** – AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR

**AHD/MNE** – ARQUIVO HISTÓRICO-DIPLOMÁTICO DO MINISTÉRIO  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

**AHU** – ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

**AR** – ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**CMC** – CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

**FLUC** – FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**ICSUL** – INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

**SNI** – SECRETARIADO NACIONAL DE INFORMAÇÃO

**SPN** – SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

## INTRODUÇÃO

A notoriamente longa vida do general Norton de Matos, iniciada em março de 1867 e terminada em janeiro de 1955, levou Yves Léonard a mediá-la entre a Conferência de Berlim de 1884/1885 – momento em que Norton despertou para a questão ultramarina – e a Conferência de Bandung de 1955. Certamente que o historiador francês escrevia à luz de um entendimento mais lato da questão colonial, pois situava Norton de Matos entre o encontro que definira as regras da ocupação do continente africano, prelúdio a um imperialismo europeu cada vez mais agressivo, e a reunião que ditara o irreversível fim do colonialismo, mas que não deixava de espelhar, de modo antagónico, a Conferência de Berlim. No entanto, caso se leve em consideração somente o panorama nacional, é possível afirmar que a vida de Norton, nos seus extremos, foi contemporânea da viragem definitiva de Portugal para África, patenteada, por exemplo, na primeira viagem de Serpa Pinto ao *hinterland* africano, em 1869, e pela perda, em 1954, às mãos da vaga anticolonialista sucedendo a Segunda Guerra Mundial, do primeiro bastião do Ultramar: os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, na Índia Portuguesa.

Este último acontecimento assume particular importância, porquanto Norton fizera, de certa forma, papel de “fundador” do Terceiro Império Português, ao ajudar a “criar” a Índia, quando aí dirigira os Serviços de Agrimensura, no decénio de 1898-1908, e procedera ao levantamento do seu cadastro predial. De igual modo, em Macau, em 1909, integrado na missão diplomática para a delimitação das



fronteiras desse território com a China, procurara fazer valer os direitos portugueses.

Com efeito, para o nacionalismo e para o colonialismo contemporâneo, a medição e o conseqüente mapeamento territorial, obtidos a partir do concurso de diversas ciências, representavam a plena apropriação do espaço, depois divulgada nos inúmeros mapas que orlavam as paredes das escolas primárias e dos quartéis, assim como nas páginas da imprensa. Veja-se como, ainda hoje, no imaginário português, mais do que o simples enunciar de “o território entre Angola e Moçambique”, a expressão “mapa cor-de-rosa”, substância e cor, resume toda uma contenda, da qual o Ultimato Inglês seria um epílogo apontando para a resolução republicana.

De facto, numa época em que o imperialismo europeu alcançava os seus limites territoriais máximos, o contributo científico, mais do que nunca, impunha estratégias e delimitava linhas de orientação. À Antropologia e às suas taxionomias ráticas, que, em osmose com o racismo de índole popular, propagavam teses de inferioridade e até de degenerescência dos povos não europeus, vinha o espírito missionário, na roupagem fraterna das revoluções liberais, oferecer um agasalho civilizacional paternalista. Ao “fardo do homem branco”, quer na visão tuteladora do “indígena”, quer na premissa da exploração dos amplos recursos – “a ubérrima África” – acrescia o “modo português”. Tal ideário, vertido na fórmula “a cruz e a espada”, legitimado por “cinco séculos” ou, como escrevia Norton, “somos já muito velhos para receber lições”, vinha defendendo que, apesar das “campanhas de pacificação” contra o “gentio”, a “espada” dera lugar à “palavra”, porquanto uma aura de benevolência envolveria a colonização portuguesa. Na verdade, a violência dessas campanhas militares e as acusações internacionais acerca da manutenção de escravatura encapotada atestavam que a suposta peculiaridade colonial lusa, para além da “espada”, não dispensava o “chicote”, versão extremada da “palmatória” deste paternalismo musculado.

A ideologia filial, não raras vezes, era acompanhada por outros entendimentos oriundos da mitologia greco-latina e da escatologia cristã. Alguns autores, como o cabo-verdiano Manuel Lopes, a propósito do processo de mestiçagem ocorrido no seu arquipélago natal, tenderam a reinterpretar a dicotomia “apolíneo”/”dionisíaco”, tomada de empréstimo de *A Origem da Tragédia*, do filósofo Friedrich Nietzsche. Assim, pretendeu-se ver, na obra colonizadora, uma co(a)lisão entre elementos contrários: o “apolíneo” europeu — industrioso, harmonioso, equilibrado e, naturalmente, civilizador; e o “dionisíaco” africano — emotivo, desregrado, exaltado e, fatalmente, primitivo. Esta categorização foi de par com a crença numa Natureza, ora benigna, ora hostil, capaz de nutrir os “indígenas”, sem grande esforço da parte destes, mas, também, apta a condenar ao fracasso os empreendimentos dos impérios europeus. Daí que, num dos mais interessantes artigos de Norton de Matos<sup>1</sup>, o mito prometeico, significativamente alcandorado a símbolo da colonização, mais não seja do que a assunção de que a moderna alegoria do “fardo do homem branco” constituiria uma reatualização da lenda do titã rebelado contra Zeus. Que Norton haja, também, citado os “Trabalhos de Hércules” para ilustrar essa “tarefa ingente”, preterindo o mito de Sísifo, não deve estranhar, uma vez que o ritual colonizador deveria ser consequente e não tanto uma mera repetição de gestos inúteis, que levava muitos portugueses, desencantados, a abandonar o Ultramar.

Em todo o caso, a ideia do fogo como conhecimento foi correlata da necessidade de conquistar e de redimir “corpos” e “almas”, por via da “luz” derramada pelo colonizador, que o mesmo é dizer através do trabalho e da instrução. Segundo esta escatologia ultramarina, o “indígena” teria a possibilidade de ser elevado do purgatório no qual se encontraria imerso, uma vez desfeitas as trevas que o cercariam. De outro modo, o seu meio natural, longe do conceito iluminista do

---

<sup>1</sup> Cf. José Norton de Matos, “Prometeu”, in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 2/11/1933, p. 1.

É verdade que quando via dar bolos a meus companheiros não estava muito contente e uma vez pronunciei algumas palavras de desaprovação bastante alto, sem reparar que diante de mim estavam dois dos tais que foram com o recado ao Padre Superior. Depois disse que eu me distraía na mesa [...] que eu desobedeci. [...] Então desceu para baixo e agarrou numa palmatória ou antes num cepo de buxo e começou a bater com quanta força tinha. [...] Outro dia também me deram dois bolos por eu, na capela, depois da minha doença (doía-me a cabeça), me assentar num banco<sup>118</sup>.

Se é certo que o jovem José Norton de Matos revelava um carácter que, nas palavras do seu biógrafo José Norton, pautava pelo “génio especial” e algum “orgulho e rebeldia”, não resulta menos verdade que o ensino ministrado buscava ser rigidamente disciplinador. Com um aproveitamento escolar considerado normal, o jovem aluno de Ponte de Lima “estudava Matemática, Francês e Latim”, demonstrando estar atento às comemorações em torno do Tricentenário de Camões, em 1880, em Lisboa, e dos dividendos políticos conseguidos pelos republicanos. E para a capital viria estudar no ano seguinte, por certo pelos métodos do Colégio do Espírito Santo, ou não tivesse, também na carta dirigida ao irmão Arnaldo, sublinhado que “o Papá disse-me, quando eu vim de férias, que assim que me fizessem alguma coisa, escrevesse”.

Em Lisboa, com treze anos, ingressou na Escola Académica, na qual permaneceu até 1884, em regime de internato. Foi nesse ambiente, segundo Maria Alexandra Dáskalos, que “se familiarizou com as tertúlias, a leitura de jornais e os grupos políticos da juventude republicana e monárquica”, despertando e “entrando no mundo”, como o próprio viria a afirmar. No primeiro ano letivo teve a companhia do seu irmão Arnaldo, então a concluir os estudos. Aos fins de semana frequentava

---

<sup>118</sup> José Norton, *Norton de Matos*, p. 21.

a casa de seu tio Rodrigo Mendes Norton, oficial de engenharia que chegou à patente de major, tendo convivido com o primo José Alpoim Mendes Norton, alguns anos mais velho. Era, portanto, um ambiente pleno de relações familiares, com pontuais idas nas férias ao Minho. Embora o seu irmão Arnaldo tenha partido para Coimbra em 1882, a fim de ingressar na Universidade, e o seu tio Rodrigo se tenha movido de Lisboa em 1883, passou, em breve, a gozar da companhia do irmão Tomás, também ele matriculado na Escola Académica.

No que respeita às apetências escolares, mostrou inclinação para a Matemática, para a Geografia e para o Desenho – seria mesmo premiado nesta disciplina. Como que deixando antever, pela conjugação dessas áreas, o futuro caminho na área da agrimensura e no exército – não devem, outrossim, ser esquecidas as quase idênticas valências do seu tio Rodrigo, que podem ter constituído um exemplo. E, de facto, no derradeiro ano letivo de 1883/1884 preparou cuidadosamente a sua entrada na Universidade de Coimbra, onde veio a cursar Matemática, “para [depois] poder seguir carreira militar em qualquer das armas ou serviços que então se chamavam superiores – artilharia, engenharia ou Estado-Maior”<sup>119</sup>, ingressando na Escola do Exército.

### **De Lisboa a Coimbra e de Coimbra a Lisboa**

Admitido à matrícula, em 1884/1885, Norton de Matos veio habitar o N.º 28 da Rua dos Militares, havendo, nos anos seguintes, alterado a residência. O curso de Matemática incluía algumas disciplinas de Filosofia, tendo a duração de cinco anos. No caso dos alunos que pretendiam frequentar a Escola do Exército, o curso prolongava-se por apenas quatro anos. Tratava-se do “Curso Preparatório das Armas Especiais”, o qual concedia o grau de Bacharel em Matemática.

---

<sup>119</sup> José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. I, p. 87.

No derradeiro ano letivo de 1887/1888, Norton viria a assentar praça como o soldado N.º 34 da 1.ª Companhia do 1.º Batalhão do Regimento de Infantaria N.º 23, de Coimbra, tendo sido elevado a aspirante a oficial<sup>120</sup>.

Se a Coimbra dos tempos de estudante de Eça de Queirós, “onde cada manhã trazia a sua revelação [...] torrentes de coisas novas, ideias, sistemas, estéticas, formas, sentimentos [...] descendo da França e da Alemanha”, continuava a ser, à época de Norton, lugar de diletantismo e ecleticismo intelectual, “com leituras aturadas e com discussões intermináveis nos cafés e nas ‘repúblicas’”<sup>121</sup>, o certo é que algumas mudanças se haviam produzido. Com efeito, tinham-se acentuado os desentendimentos entre a “minoria fidalga” e os “rapazes de condição modesta”, categoria na qual Norton se fazia incluir. O anterior fascínio dos jovens que frequentavam os “Paços de Celas” (onde teria vivido a personagem *Carlos da Maia*) pelos “fidalgotes”, dera lugar, em poucos anos, e apesar do “mesmo vestuário preto de [...] notável uniformidade” – que apartava estudantes e “futricas” – a grandes clivagens no seio da Universidade. Conquanto “a minoria fidalga” estivesse “então convencida que tinha levado a maioria da Academia a submeter-se-lhe”<sup>122</sup>, subsistia, entre os mais ricos (os *polainas* ou *polainudos* – devido ao uso desta peça de indumentária) e os mais pobres (os *briosos* e adeptos do nivelamento social – a “niveleida”), uma rivalidade alimentada de ditos, provocações, poemas satíricos e jornais e cartazes repassados de ironia.

Contudo, em última instância, o facto de Norton recortar esta memória acerca das pretensões niveladoras desses “diluídos dias”, justificava-se à luz da tentativa de entrever os “princípios guiadores” já inscritos nos seus “verdes anos”. Tanto assim que, no que às aulas

<sup>120</sup> Cf. *Ordem do Exército*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897, N.º 27, 26/11/1887, pp. 709-710.

<sup>121</sup> José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. I, p. 90.

<sup>122</sup> Idem, *ibidem*, p. 90.

concerne, evocava uma lição de Economia Política, na qual teria dado uma precursora “conferência marxista”, para negar ao Comunismo a possibilidade de nele “apoiar qualquer sistema social”. Estribado nas leituras do economista liberal John Stuart Mill, “da livraria de meu pai”, nos escritos de Proudhon e num resumo de *O Capital*, de Marx, adquirido em Coimbra, o então estudante de Matemática pediu licença para discordar do lente, quando este, a partir de Stuart Mill, postulava que “era indispensável para produzir riqueza haver capital”. O jovem Norton de Matos, pelo contrário, alegava que teria havido alguma altura na história em que se produzira riqueza sem capital prévio e, para apoiar o seu raciocínio, exemplificava com o “homem primitivo do tempo da pedra lascada” e aqueloutro que “descobre a utilidade do que se chama sementeira”. Na sua ótica, que parecia seguir os ditames da cartilha marxista acerca da passagem da fase do comunismo primitivo para a fase de produção escravagista da Antiguidade, a “exploração do homem pelo homem” somente teria surgido quando uma minoria se apropriara das terras, “mediante violência”.

Não escondendo o seu entusiasmo pelo autor de *O que é a Propriedade*, na medida em que, “de tudo o que li no meu tempo de estudante de Coimbra e da Escola do Exército nada teve tanta influência sobre mim como os livros de Proudhon”, e até por Marx, “que grandes verdades disse ao mundo”, um Norton mais maduro temperava estes ímpetos juvenis com a certeza de que “o aturado estudo que tenho feito desta doutrinas talvez me levassem a modos de dizer diferentes dos de então”. Para depois acrescentar, agora num registo menos nostálgico, que “o *regime capitalista* em que vivemos é um grande mal, mas também não sou *comunista*”<sup>123</sup>. Ou seja, com estas palavras, que tanto separavam águas, quanto serviam de aviso, formulava uma sugestiva equação. Por um lado, partia de uma perspetiva marxista, que já não era (alguma vez teria sido?)

---

<sup>123</sup> Cf. idem, ibidem, pp. 90-93. O sublinhado é do autor.

a sua, para atacar uma conceção demasiado liberal da economia. Por outro, chamava a si o ónus do pioneirismo em matérias socioeconómicas sob os auspícios de Marx e Proudhon, para frisar o quanto se afastara dessas doutrinas, enquanto outros as continuavam a subscrever.

No entanto, a preleção de Norton não terá sido tão inovadora como o próprio referia. É que o programa da aula de Economia Política e Estatística desse ano letivo, da autoria do lente José Francisco Laranjo, previa várias aulas versando as teses socialistas. Após uma lição inaugural versando a concetualização e a metodologia da disciplina, uma segunda lição abordava a “Escola dos Fisiocratas” e as teses de Adam Smith. A terceira dava conta da “doutrinas económicas da Revolução Francesa” e de Proudhon, o qual era integrado na Escola Individualista, a par de Thomas Malthus e David Ricardo. Na quarta lição era a vez dos “socialistas utópicos” (Robert Owen, Charles Fourier e Saint Simon) serem passados em revista, assim como a Revolução de 1848. A quinta lição era inteiramente dedicada a Marx, Ferdinand Lassale e à Internacional. As lições seguintes, em jeito de síntese, discutiam as características fundamentais e a coexistência dos modelos individualistas e socialistas, abrindo caminho à análise das grandes linhas de fundo da economia: “Produção”, “Circulação”, “Distribuição”, “Consumo” e “População, Emigração e Colonização”<sup>124</sup>.

Posto isto, é discutível que Norton de Matos se recordasse das matérias dessa disciplina, tanto mais que foram lecionadas as atividades económicas na origem da “riqueza das nações”, com particular destaque para os caminhos de ferro (três lições) e a “Colonização” (onze lições), duas temáticas que seriam caras ao futuro Norton administrador e sobre as quais não se pronunciava nas *Memórias*. Ao mesmo tempo é preciso não perder de vista que Laranjo, alguns anos antes, em 1877,

---

<sup>124</sup> Cf. José Frederico Laranjo, *Programma para a Cadeira de Economia Política e Estatística da Faculdade de Direito de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1887, pp. 6-12

concorreria a um lugar de substituto na Faculdade de Direito, com uma Dissertação intitulada *Princípios Elementares de Colonização*, tornando-se, em 1891, vogal do Conselho Central da Sociedade de Geografia de Lisboa<sup>125</sup>. Ora, sobre os ensinamentos desta obra, por certo incorporados no *Programma para a Cadeira de Economia Política e Estatística* – “no programa do ano pretérito, desenvolvemos as quatro primeiras partes da ciência: neste resumimo-las, ocupando-nos mais detidamente de população, emigração e colonização”<sup>126</sup> – também Norton nada dizia.

De qualquer modo, com exceção do coautor do *Manifesto do Partido Comunista*, os outros pensadores que confessou ter lido já circulavam na Coimbra universitária dos tempos de Eça de Queirós e de Antero de Quental. Era, assim, que dizia andar “com a mania de estudar, nas minhas horas vagas, as teorias de Darwin”, mas também Comte: “li várias vezes os volumes de Filosofia Política”<sup>127</sup>. Ainda em 1890, prometia escrever um texto denunciando a “influência nefasta do modo de ser atual do capital em todas as nações e em todas as indústrias”, ou que redigisse mesmo, nas páginas de *A Pátria*, um artigo sobre anarquismo. Sobre Spencer afirmou, alguns anos mais tarde, tratar-se do “maior pensador deste século”.

Igualmente aluno de José Falcão, destacado republicano e defensor da Comuna de Paris – acontecimento sobre o qual publicara um opúsculo em jeito de defesa –, Norton de Matos não permaneceu estanque a todas estas influências. A sua visão do mundo ressentir-se-ia, não apenas dos autores ingleses ligados ao Liberalismo, mas dos contributos mais recentes de Comte e Spencer, aos quais, de resto, a maior parte da sua geração não logrou escapar. Era, assim, que, no momento da tomada de posse de governador-geral de Angola, em

---

<sup>125</sup> Idem, *Princípios Elementares de Colonização*. Coimbra: Imprensa Literária, 1877.

<sup>126</sup> Idem, *Programma para a Cadeira de Economia Política e Estatística da Faculdade de Direito de Coimbra*, p. 5.

<sup>127</sup> José Norton, *Norton de Matos*, p. 46.



1912, Norton de Matos colocava o seu programa sob o signo da divisa comtiana: “ordem e progresso”.

Por certo que o Positivismo, na sua crítica à crença, convidava a um exercício introspetivo das convicções religiosas, algo que Norton fez, distanciando-se da fé tradicional e passando a falar em “Festa da Família”, em lugar de “Natal”. A consulta, em particular, da *Filosofia Política*, de Comte, aproximá-lo-ia de outros vultos das Gerações de Setenta e de Noventa, sobretudo, quando sustentava uma abordagem em torno de uma apropriação do sagrado<sup>128</sup>. É que, pertencente à derradeira fase da produção criativa do pensador francês – cujas conclusões foram muitas vezes tidas por discutíveis, mesmo para quem se dizia positivista –, a *Filosofia Política* punha a tónica em certos elementos que já haviam norteado a Primeira República Francesa, sob a égide dos jacobinos<sup>129</sup>.

Resultaram, pois, estes postulados na progressiva criação de uma religiosidade cívica e patriótica, que tornava a história nacional numa missão (provação) de um “povo escolhido” e cujo momento fundador e principais lances seriam periodicamente relembrados, um tanto na linha do mito do eterno retorno das sociedades arcaicas<sup>130</sup>. Entenda-se que os feriados nacionais, enquanto suspensão do tempo “profano” (quotidiano), disso constituiriam acabado exemplo, assim como os desfiles cívicos realizados nesses dias, os quais não deixariam de evocar, ainda que num registo que se pretendia expressão de laicismo, os préstitos religiosos e as procissões populares em honra dos santos – recorde-se o famoso cortejo do Tricentenário de Camões e as críticas nesse sentido de que foi alvo. Por fim, retenha-se que o “último” Comte propugnava, ainda, a oferta, aos vultos históricos, do equivalente

---

<sup>128</sup> Cf. Fernando Catroga, *Entre Deuses e Césares*. Coimbra: Almedina, 2010.

<sup>129</sup> Cf. Mona Ozouf, *La fête révolutionnaire (1789-1799)*. Paris: Gallimard, 1989.

<sup>130</sup> Cf. Mircea Eliade, *O Mito do Eterno Retorno*. Lisboa: Edições 70.

secularizado da eternidade, ou seja, a memória cívica (estátuas, nomes de ruas, sepultura no panteão)<sup>131</sup>.

O pensamento da geração que proclamaria a Primeira República acabou por ser, inegavelmente, inspirado por este ideário. Esta geração, ademais, descortinou, no rescaldo da Grande Guerra de 1914-1918, com o seu culto aos “altares da Pátria” e ao “Túmulo do Soldado Desconhecido”, razões suplementares de comemoração da vida e da morte, passando a entretecer cerimónias a um tempo cívicas e religiosas, fúnebres e triunfais<sup>132</sup>. Se é certo que as certezas da ciência positiva e dos valores humanistas se haviam esboroado nas trincheiras de Verdum e do Somme, cumpre ressalvar o quanto o pós-guerra celebrou o culto cívico do “grande homem”, que Comte trouxe de empréstimo da religião. Aliás, este género de apropriação conheceu outros desenvolvimentos, como o Natal, em breve tornado “Festa da Família”, e até despido do conteúdo cristão, pela insistência nos elementos comunitários e de índole pagã (panteísta)<sup>133</sup>.

Todos estes avatares, em última análise, vieram a integrar o quadro mental e ideológico de Norton de Matos. O mencionado afastamento da fé tradicional, patenteado pela admiração da figura “demasiadamente humana” de Cristo, entroncaria no espírito de um tempo marcado pelos “historiadores críticos de Jesus”, caso de Ernest Renan, e por aqueles que, como Nietzsche, verberaram contra uma religião sem milagres e doravante reduzida à dimensão moral. Por sua vez, a crescente censura ao clero, que remontava aos alvares do Liberalismo, fundou-se nestes contributos mais recentes, não deixando de nutrir o setor oposicionista republicano e encontrar o seu lugar no pensamento

---

<sup>131</sup> Cf. Pierre Nora (dir.), *La Nation*. Paris: Éditions Gallimard, 1986, vol. II – “Les Lieux de Mémoire”.

<sup>132</sup> Cf. Jay Winter, *Sites of Memory, Sites of Mourning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

<sup>133</sup> Cf. Luís Andrade e Luís Rei Torgal, *Feriados em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2012.

de Norton – já influenciado, como se viu, por alguns iluministas críticos da religião –, sobretudo, nos primeiros anos do regime implantado a 5 de Outubro.

Na mesma direção teriam apontado Darwin e a leitura que dele fez Spencer – o qual operacionalizou para as ciências sociais conceitos da biologia e até sintetizou, numa aceção valorativa, o que o primeiro não (sub)escreveu, nem tão-pouco equacionou – acerca da “sobrevivência do mais apto”<sup>134</sup>. Certamente que Norton, apesar de ter compulsado *The Man versus the State*, com o seu entendimento utilitarista, individualista e liberal da sociedade, não poderia ignorar o Darwinismo Social associado ao autor inglês. Como adiante se constatará, pautou por uma atitude moderada, reconhecendo o primado do homem europeu e das suas apetências colonizadoras, mas vislumbrando no colonizado, ainda que num futuro mais ou menos distante, um potencial igual.

Em meados de 1888, então com vinte e um anos e com o curso praticamente concluído, foi colocado como aspirante a oficial no Regimento de Cavalaria N.º 10, em Aveiro, de onde passou a Lisboa, ingressando, em finais de outubro, na Escola do Exército, no curso do Estado-Maior, com a duração de dois anos. Nesta segunda passagem pela capital não teve a companhia dos irmãos. Arnaldo, uma vez concluído o curso em Direito e após dois anos de trabalho na comarca de Viana do Castelo, rumara a Moçambique, onde exerceu o cargo de delegado do Procurador no Tete, havendo-se cruzado, em circunstâncias dramáticas, porque acometido pelo paludismo, com o explorador Serpa Pinto.

Enfrentando algumas dificuldades de cariz económico, que o levaram a dar explicações de Matemática ao longo desses anos, Norton julgou severamente o rei D. Luís e os líderes dos partidos monárquicos, exibindo “algum alheamento em relação aos republicanos”<sup>135</sup>. Não quer

---

<sup>134</sup> Cf. Ana Leonor Pereira, *Darwin em Portugal*. Coimbra: Almedina, 2001, pp. 46-50.

<sup>135</sup> José Norton, *Norton de Matos*, p. 65.

isto significar, como adiante se atestará, que nutrisse sentimentos antimonárquicos, pensando aderir, num futuro mais ou menos próximo, aos ideais da República. Sabe-se, em todo o caso, que a sua família se encontrava próxima do Partido Regenerador, pelo que estas reflexões tinham antes valor de crítica ao rotativismo e aos monarcas seus contemporâneos, e não tanto à instituição monárquica. De modo que, quando, em 1890, em carta ao pai, elogiou o “espírito superior” daquele rei, que “traduziu Shakespeare, tocou violoncelo”, era para melhor o responsabilizar pela “política desmoralizadora e dissolvente”, pois, conscientemente, descurava “o mal que faziam ao país” os sucessivos governos<sup>136</sup>.

De igual modo, as *Memórias* reservavam comentários pouco abonatórios para D. Carlos, verberando na “influência funesta no exército” que teria tido a sua corte. O mesmo era dizer que, perante as convulsões políticas da derradeira década do século XIX, se pretendia “fazer do exército um instrumento de defesa da coroa”. Até então, segundo a visão demasiadamente idílica de Norton de Matos, os militares, independentemente da sua orientação monárquica ou republicana, desejavam “uma boa administração das coisas públicas e o engrandecimento da nação”, pelo que “todos vivíamos irmãmente”.

Por tudo isso, essa época teve sobre si as mais marcantes repercussões, não sendo por acaso que definiu esses tempos como aqueles em que fora “entrando no mundo”, em que “o meu pensamento de homem público, os primeiros elementos, indecisos e pouco definidos, da ‘linha de ação’ [...] surgiram no meu espírito”<sup>137</sup>. É que, não somente estava prestes a terminar o seu curso na Escola do Exército, passando à vida ativa, como os tumultos resultantes do Ultimato Inglês produziram uma impressão assaz duradoura. Para tal, basta atentar que se encontrava em Lisboa, gozando de um acesso imediato às notícias chegadas

---

<sup>136</sup> Idem, *ibidem*, p. 56.

<sup>137</sup> José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. I, p. 95.

de vinhedos e olivais. Considerando boas e salubres as habitações, assim como a assistência prestada às grávidas e às crianças, censurava os castigos corporais, que a proibição por lei não inviabilizara de todo a sua prática. É que, no modelo do contrato firmado com o patrão, figurava a seguinte passagem: “o serviçal... compromete-se... a indenizá-lo (o amo) por perdas ou danos que lhe cause por maldade, por erro ou descuido”<sup>332</sup>. Ora, Cadbury, avaliando o baixo salário auferido pelo serviçal, deduzia da eventual reparação pelo castigo físico, devido à impossibilidade monetária, questionando-se acerca das causas da elevada mortalidade, cerca de cem trabalhadores em mil, no lapso de um ano. Em relação ao trabalho, ainda que, teoricamente, se cumprissem as nove horas e meia prescritas, a contínua falta de braços motivava sempre “uma desculpa para fazer trabalhar o pessoal até aos limites da sua força”. Estabelecendo paralelos com a Trinidad e a Jamaica, ilhas, também elas, produtoras de cacau, denunciava a ausência de cuidados sanitários, principal responsável pelo proliferar de doenças, como a anemia, a disenteria, a pneumonia, as febres, e o tétano – isto, apesar dos grandes hospitais entrevistados, mas, qualquer um deles, somente “meio ocupado”. Além do mais, as circunstâncias da contratação dos serviçais, decerto forçada, bem como a fadiga física e mental, penosa, sobretudo, nos primeiros meses de trabalho, e a exposição ao clima equatorial, concorriam, no seu entender, para tão assustadora taxa de mortalidade.

Os efeitos deste relatório, que haviam sido devastadores para a imagem de Portugal na opinião pública britânica e nos meios ultramarinos europeus, suscitaram, da parte dos colonialistas portugueses, a resposta de que as preocupações humanitárias inglesas encobriam reais motivos de concorrência comercial<sup>333</sup>. Quer “assegurando que as autoridades exerciam uma fiscalização judiciosa dos contratos

---

<sup>332</sup> Idem, *ibidem*, p. 38.

<sup>333</sup> Cf. Francisco Mantero, *A mão d'obra em S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edição do Autor, 1910.

estabelecidos com os serviçais”, quer negando que os serviçais fossem engajados à força, “para que a calúnia não continue a campear livremente”<sup>334</sup>. Neste capítulo, enquanto o programa político democrático se resumia a algumas vagas impressões e o unionista revelava ainda menos conteúdo, coube ao projeto evolucionista traçar um esboço mais concreto, ainda que breve, preconizando leis mais práticas, capazes de prover, de modo célere, à deslocação de braços de uma colónia para outra.

De resto, o tom generalista do programa do Partido Democrático não constituiu entrave a que a imprensa a ele afeta muito tivesse especulado sobre o “fator colonial”. Foi o caso do jornal *A Pátria*, que dedicou a Cabo Verde artigos sobre a sua administração, enalteceu o império e julgou os africanos, como era voz comum ao tempo, suscetíveis de aprendizagem escolar, ainda que “depois da puberdade” não se verificasse “mais nenhum progresso intelectual”, espécie de assunção da eterna menoridade do negro, necessitada, por isso, do apoio civilizacional europeu. Um artigo intitulado “A condição dos indígenas” aceitava o facto de estes, pretensamente, “pertencerem a uma civilização mais ou menos atrasada”, para reafirmar o credo paternalista e protecionista – “dever de tutela” –, patenteado num enquadramento jurídico “apropriado à sua condição”. O vaticínio de que o “desenvolvimento do trabalho e a introdução de novos processos técnicos”, geradores de “civilização” e capazes de fazer “surgir, com as novas forças económicas, o senso moral e o intelecto dos indígenas”<sup>335</sup>, não deixava de corresponder às coordenadas dos ideólogos coloniais, quando estes postulavam o combate sem tréguas à indolência entrevista no “indígena”.

---

<sup>334</sup> Cf. Carvalho de Almeida, “A mão de obra em S. Tomé e Príncipe”, in *Revista Colonial*. Lisboa: 25/03/1914, N.º 15, pp. 82-84.

<sup>335</sup> “A condição dos indígenas”, in *A Pátria. Diário Republicano Democrático da Noite*. Lisboa: 23/04/1912, N.º 136, p.1.

De facto, Norton de Matos, nas *Memórias*, redigidas nos anos quarenta, continuava a falar na “preguiça dos pretos”<sup>336</sup>. Em 1957, o médico Almerindo Lessa promovia uma “mesa-redonda sobre o homem cabo-verdiano”, com a participação de vultos da intelectualidade local, em que a questão da indolência não deixara de ser tema de discussão<sup>337</sup>. Na década seguinte, alguns colonialistas continuavam a relacionar a renitência dos são-tomenses em trabalhar nas roças com inércia, parecendo ignorar que esta atitude configurava uma forma de resistência ao colonialismo<sup>338</sup>.

Dois vultos fizeram a ligação dos contributos teóricos da geração africanista ou de Mouzinho com os ditames da República. Em primeiro lugar, João Lopes Carneiro de Moura, escritor, professor de História, advogado e jornalista, que colaborou no *Diário Ilustrado*. Autor de estudos versando a temática histórica e educacional, Carneiro de Moura, com o advento da Primeira República, começou a publicar trabalhos sobre administração colonial. Colaborou com Norton de Matos na elaboração da *Revista Colonial*. Em segundo lugar, Lopo de Vaz Sampaio e Melo, ministro, deputado e par do reino, que, havendo desaparecido em 1892, teve o seu livro, *Política Indígena*, publicado em 1910.

Enquanto o primeiro sustentou a necessidade de, progressivamente, se “caminhar para as vantagens do *self-government*”<sup>339</sup>, agregando concelhos e depois distritos à “civilização”, Sampaio e Melo começava por, num registo darwinista, avaliar “as possibilidades de civilização da raça negra”, assentes em “educar, instruir, moralizar e enriquecer, eis o fim da política indígena”<sup>340</sup>. Mostrando-se favorável à obra das

<sup>336</sup> Cf. José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. I, pp. 439-432.

<sup>337</sup> Cf. Almerindo Lessa, *Seroantropologia das Ilhas de Cabo Verde: mesa redonda sobre o Homem Cabo-verdiano*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1957.

<sup>338</sup> Henrique Galvão, *Outras Terras, Outras Gentes – Viagens em África*. Porto: Empresa do Jornal de Notícias, 1944, vol. I, pp. 73-74.

<sup>339</sup> Cf. João Carneiro de Moura, *A Administração Colonial Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1910, p. 323.

<sup>340</sup> Lopo de Vaz Sampaio e Melo, *Política Indígena*. Porto: Magalhães e Moniz, 1910, p. 25.

missões e a uma instrução limitada, inferia que “copie-se da colonização inglesa tudo o que ela tem de grande, de hábil e de profícuo”. Advogava um ensino adequado a cada colónia, empregando um discurso tingido de matizes racistas fundadas nos teóricos oitocentistas. O ensino profissional seria mesmo “uma das mais sólidas bases em que deve assentar a futura estrutura sociológica das populações indígenas”<sup>341</sup>.

Como outros, Sampaio e Melo pregava o respeito pelos usos e costumes consuetudinários dos indígenas, a despeito de uma gradual aprendizagem dos “ditames civilizacionais” europeus, e atinha-se ao estereótipo de “os negros [serem] geralmente indolentes, e apenas propensos ao trabalho indispensável à satisfação das suas necessidades imediatas”<sup>342</sup>. Por isso, de modo a ultrapassar a estratégia do trabalho “compelido” ou “correcional”, apresentava “métodos indiretos” para suscitar o interesse pelas tarefas laborais: pela educação profissional; pelo “desenvolvimento das necessidades” imediatas, criando o desejo pelo consumo, o qual implicaria capitais advindos do trabalho; pela “elevação do imposto”; pela “expropriação de terras”; pela “repressão da vadiagem”; e pela regulamentação do trabalho, através de contratos coletivos de trabalho negociados com os líderes tribais, aqui encarados como instituições sindicais. A concluir, Sampaio e Melo reconhecia o predomínio do método educativo sobre o repressivo e, com o correr do tempo, a assimilação do Outro, plasmada na “participação dos indígenas na administração geral”.

### **Política, jornalismo e docência**

Uma vez findas as negociações sobre a “Questão de Macau” com a delegação chefiada por Gao Erqian, Norton de Matos e Joaquim

---

<sup>341</sup> Idem, *ibidem*, p. 245.

<sup>342</sup> Idem, *ibidem*, p. 125.



José Machado regressaram à metrópole, tendo-se demorado ainda em Pequim, para, sob a égide dos ingleses, se ensaiar uma derradeira e fracassada tentativa de descobrir uma solução para os limites e dependências da “Cidade do Santo Nome de Deus”. Após uma “escala de alguns dias em Goa onde estava ainda o irmão Arnaldo”<sup>343</sup>, Norton desembarcou em Lisboa, a 17 de março de 1910, permanecendo ao serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros até junho. Por decreto de 25 de outubro de 1910, “o capitão do serviço do Estado-Maior” que, de regresso do “Ministério da Marinha e Colónias, se apresentou em 15 do corrente mês”, passou à disponibilidade, tendo sido colocado como adjunto da Direção geral do Serviço do Estado-Maior<sup>344</sup>. “Por resolução de 20 de dezembro de 1910 [...] por determinação do Governo Provisório da República”, seria nomeado “chefe da repartição de recrutamento e reservas” do Quartel-General da 2.ª Divisão Militar em Viseu<sup>345</sup>, lugar onde se manteria até maio. Passaria a ocupar, por resolução de 26 do mesmo mês, o cargo de chefe do Estado-Maior interino da 5.ª Divisão Militar em Coimbra, ficando exonerado, a seu pedido, de chefe de Estado-Maior da 5.ª divisão, havendo-se apresentado no Serviço do Estado Maior de Lisboa nos inícios de novembro. Fora promovido, também no mesmo ano, a major supranumerário do Corpo Estado-Maior.

Como foi referido por Malheiro da Silva, estes anos “seriam vividos na caserna”, não obstante a participação na vida política e a colaboração em jornais e revistas, assim como, em 1911, a nomeação, após concurso público, para lecionar no Instituto Superior Técnico, no qual regeu as cadeiras de Geometria Analítica e Geodesia e Topografia, “donde será compulsivamente afastado, a 16 de maio

---

<sup>343</sup> José Norton, *Norton de Matos*, p. 172.

<sup>344</sup> *Ordem do Exército*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2.ª série, N.º 5, 26/10/1910, p. 61.

<sup>345</sup> *Ordem do Exército*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2.ª série, N.º 12, 28/12/1910, p. 274.

de 1935, por motivos políticos”<sup>346</sup>, sendo já professor catedrático desde 1927.

Recém-implantada e em processo de consolidação, por via do debate e consequente promulgação do texto constitucional de 1911, a República teria de operar mudanças no exército, a fim de o converter “numa instituição verdadeiramente patriótica e útil”, que se “identifique [...] com as legítimas aspirações da alma nacional” – leia-se o regime republicano<sup>347</sup>. Foi neste contexto que Norton de Matos aderiu à República. As *Memórias* são, como seria de esperar, omissas no que a esta temática respeita. Por sua vez, os autores dos estudos mais significativos acerca da sua vida e obra mostraram-se, neste capítulo em especial, contrários à ideia de que se teria tratado de (mais) um caso de “adesivagem”, designação amiúde atribuída aos monárquicos que haviam abraçado, ato contínuo, o novo regime, e que pareciam esquecer, quer as suas convicções ideológicas de ontem, quer o seu papel na vida política gravitando em torno do rei.

Enquanto Renato Mascarenhas, tolhido, quiçá, pelo facto de ter redigido a sua tese em tempos de Estado Novo, ou melhor, de Estado Social, se escusou a dedicar qualquer palavra a acontecimentos envolvendo considerações de natureza política, tanto José Norton quanto Maria Alexandra Dáskalos pronunciaram-se pela não “adesivagem”. José Norton, alegando que o futuro governador-geral de Angola “nunca fizera a apologia do regime anterior”, não obstante ter chegado a sondar, nas vésperas da Implantação da República, um familiar pertencente ao Partido Regenerador<sup>348</sup>. Dáskalos, no mesmo sentido e quase com as mesmas palavras, quando argumenta que, apesar de “não se ter manifestado com ideias republicanas”, também “não fez

---

<sup>346</sup> Armando Malheiro da Silva, “General Norton de Matos (1867-1955). Aspetos maiores de um perfil histórico-biográfico”, in *Revista Africana Studia – Revista Internacional de Estudos Africanos*. Porto: Centro de Estudos Africanos, 2003, N.º 6, p. 176.

<sup>347</sup> *Ordem do Exército*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2.ª série, N.º 2, 1910, p. 3.

<sup>348</sup> José Norton, *Norton de Matos*, pp. 172-174.

a apologia do regime anterior”<sup>349</sup>. Por seu lado, Yves Léonard, filiando Norton no quadro mais vasto do colonialismo português, nada acrescentou à problemática, ao passo que Malheiro da Silva, nos seus artigos, sem muito especular acerca da questão, destacou, numa longa citação, o elogio do jornalista monárquico Francisco da Rocha Martins, na obra *História das Colónias Portuguesas*, versando as medidas administrativas de Norton em Angola:

José Mendes Ribeiro Norton de Matos tinha ideias largas e no contacto com a província ultramarina mais as desenvolvera, cabendo-lhe, no começo, a autoria de portarias de pouca monta, em comparação com o desenvolvimento e a importância das que se lhe seguiriam. Proibira os castigos corporais; iniciou um sistema aperfeiçoado de contratos de trabalho indígena, a fim de evitar abusos; fez aplicação rápida das leis da mão de obra livre e impôs aos funcionários que não recebessem emolumentos pela aquisição dos serviços, cujo recrutamento se faria de uma forma reta, em defesa dos negros. Eram leis moralizadoras<sup>350</sup>.

Compreenda-se que Rocha Martins, apesar de opositor ao regime de Salazar e diretor do jornal *A República* à data das eleições presidenciais de 1949 – tendo, por isso, apoiado o candidato da oposição –, havia produzido, apenas algumas décadas antes, a propósito de Norton, impressões mais desfavoráveis, sobretudo, no que concerne à sua suposta “adesivagem”. Na época da candidatura à presidência da República estas também seriam retomadas, quase palavra por palavra, no volume *O Sr. Norton de Matos e a sua candidatura*, de Idalino da Costa Brochado, um dos mais proeminentes “intelectuais orgânicos”

---

<sup>349</sup> Maria Alexandre Dáskalos, *A Política de Norton de Matos para Angola*, p. 40.

<sup>350</sup> Francisco da Rocha Martins, *História das Colónias Portuguesas*. Lisboa: Tip. Nacional de Publicidade, 1933, p. 521.

do Estado Novo. Seja como for, escreveu Rocha Martins acerca do percurso do seu “correligionário de 1949”, durante os primeiros anos da Primeira República:

O major José Mendes Ribeiro Norton de Matos governava Angola desde que aderira ao partido democrático. Deixara Viseu, após uma conspiração com monárquicos, que Cévola descortinara, escapara-se pelas malhas e levava a sua fé na república logo no dia seguinte, ao chefe daquela facção. Recebido admiravelmente, e sendo inteligente, organizador, alcançara esplêndida situação na colónia onde concitara cólera e fanatismos<sup>351</sup>.

No periódico *Fantoches* a denúncia prosseguiria, embora num tom mais moderado – “afirma-se que conspirou”<sup>352</sup> –, datando de 1924, o livro *Sem Rei, nem Roque*, de Armando Boaventura, que imaginava o regresso da monarquia, em novembro de 1926, após um ano de República “radical extremista” e um ano de “ditadura do proletariado”. Combinando personagens autênticas da vida política portuguesa e factos imaginados, a fantasia procurava espelhar, à distância de dezasseis anos, o ambiente dos inícios do regime nascido a 5 de Outubro, através da maciça “readesivagem” dos antigos monárquicos convertidos à bandeira verde e rubra e a “adesivagem” de alguns republicanos históricos. Ora, nesse espécie de ensaio contrafactual era concedido a Norton de Matos o cargo de alto-comissário de Portugal, responsável máximo do país até ao regresso do rei, não se coibindo o autor de recordar o seu passado monárquico, patenteado no reencontro virtual com Paiva Couceiro e o jornalista (por três vezes diretor do *Diário de Notícias*) e antigo parlamentar progressista convertido à República,

---

<sup>351</sup> Francisco da Rocha Martins, *Pimenta de Castro*. Lisboa: Edição do Autor, 1920, p. 113.

<sup>352</sup> Idem, “O Parlamento e sua matéria prima no Ano XIII da República Portuguesa”, in *Fantoches*. Lisboa: 6/10/1923, Ano I, N.º 40, p. 15.

Augusto de Castro – “momento chocante aquele em que os três grandes portugueses... se chocaram, abraçando-se, chorando de emoção”<sup>353</sup>.

De qualquer modo, havendo integrado o Centro Democrático Republicano, segundo a relação dos novos sócios efetuada pelo jornal afeto *O Mundo*, de 19 de novembro de 1911<sup>354</sup>, Norton começaria, desde logo, a distinguir-se, no seio do partido de Afonso Costa, como um especialista em questões de natureza colonial. Amigo de Bernardino Machado, que presidia à Sociedade de Geografia de Lisboa, o então major seria encarregue, pelo partido, logo em janeiro do ano seguinte para integrar a comissão arbitral sobre a “Questão de Ambaca”.

A 19 de agosto de 1911, Ernesto d’Albergaria Pereira, administrador, editor e diretor da *Revista Commercial e Industrial*, convidou Norton, a propósito do primeiro aniversário do novo regime, a redigir “um artigo que ocupasse, pouco mais ou menos seis páginas ou sete da revista, no qual se faça o resumo da revolução que teve o seu epílogo na madrugada de 5 de Outubro”<sup>355</sup>. A peça, que seria traduzida em francês e “ilustrada com retratos dos principais caudilhos da República”, não chegou a ser escrita, pelo que a edição do aniversário contou com a rubrica “Episódios da Revolução Portuguesa em outubro de 1910, segundo o relatório de Machado Santos”, acompanhada de imagens de Miguel Bombarda, Cândido dos Reis, Teófilo Braga, João Chagas, Afonso Costa, Magalhães Lima, Alfredo de Magalhães, Bernardino Machado e de António José de Almeida.

No entanto, foi um artigo vindo a lume alguns meses antes, em maio de 1911, nessa mesma revista, a escassos meses da adesão ao Partido Republicano Português, que teria selado a ligação de Norton

---

<sup>353</sup> Cf. Armando Boaventura, *Sem Rei, nem Roque*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes Livraria Editora, 1924, p. 22.

<sup>354</sup> Cf. “Mais 338 sócios do Centro Republicano Democrático”, in *O Mundo*. Porto: 19/11/1911, Ano XII, N.º 4.022, p. 3.

<sup>355</sup> *Carta de Ernesto d’Albergaria Pereira a Norton de Matos*, de 18/08/1911, in Pasta “Correspondência 1911-1916”, Caixa 69 – ABNM.

ao novo regime. A tónica foi posta na crítica ao clero e sua ligação à Monarquia – temáticas que voltaria a explorar no “diário republicano democrático da noite”, *A Pátria*, a partir do final desse ano, a propósito da questão do Padroado do Oriente. Em ambos os casos prometeu, respetivamente, embora sem cumprir, que “ce travail remplirait un livre [...] et dans lequel cet article ne serait guère qu’un court prologue”<sup>356</sup>, e que este escrito integrará “o livro que estamos preparando sobre a Índia Portuguesa”<sup>357</sup>, o que atesta o seu crescente grau de envolvimento na política metropolitana e colonial e a consequente falta de tempo para projetos literários de maior envergadura: “trabalho 14 horas por dia e estou metido de cabeça na política republicana”<sup>358</sup>.

Ora, no artigo consagrado à obra da República, principiando por saudar a implantação do regime, Norton testemunhava a facilidade e o entusiasmo “avec lequel les institutions républicaines ont été accueillies”, dando conta de “la vigueur et l’énergie de la race des temps passés”. No fundo, que a nação portuguesa se encaminhava para o ocaso, se não tivessem ocorrido os acontecimentos de Outubro de 1910. A este quadro de decadência vinha Norton contrastar as cores redentoras da República, parecendo querer substituir os ministros do divino, veementemente apodados neste texto, pela “œuvre monumentale des nouvelles institutions”. Assim, denunciava Romae a Companhia de Jesus, enquanto “aile noire d’un cléricisme” que, nas últimas décadas, teria pretendido emular a opressão religiosa da Espanha do século XVII, havendo-se congado, neste intuito, com o monarca, com o fito de criar um regime absoluto<sup>359</sup>.

Tal anticlericalismo acabava por não destoar do ambiente geral vivido, até porque surgia em artigo publicado escassas semanas após

---

<sup>356</sup> José Norton de Matos, “L’Œuvre de la République”, in *Revista Commercial e Industrial*. Lisboa: 05/1911, N.º 28, p. 97.

<sup>357</sup> Idem, “O Padroado do Oriente I”, in *A Pátria*. Lisboa: 13/12/1911, N.º 11, p. 1.

<sup>358</sup> José Norton, Norton de Matos, p. 176.

<sup>359</sup> José Norton de Matos, “L’Œuvre de la République”, pp. 97-98.

S. Tomé iam no mesmo sentido. Por outro lado, os princípios da novel Sociedade das Nações (SDN) convergiam no “duplo propósito de beneficiar os povos ‘indígenas’ e de desenvolver os territórios em prol da comunidade internacional no seu todo”<sup>583</sup>. E, embora tais ditames se aplicassem aos antigos territórios do Império Alemão e do Império Turco, agora submetidos a um sistema de mandatos tutelado pelas potências vencedoras da guerra, a verdade é que se “tendia a invocá-los em relação a todos os territórios dependentes”<sup>584</sup>.

A resposta portuguesa, que assentou na reposição legal das cartas orgânicas, pressupôs, de igual modo, “novas entidades governativas para as colónias” de Angola e Moçambique: os altos-comissários. Investidos de ainda mais amplos poderes do que os governadores-gerais, os comissários permaneceriam somente impedidos de lidar com cessões dos direitos de soberania, de negociar tratados internacionais e empréstimos que exigissem garantias especiais e de alterar a disposição dos poderes<sup>585</sup>.

Em boa verdade, a Monarquia Constitucional, havia, segundo o princípio de que a descentralização favorecia o desenvolvimento das colónias, nomeado, nos anos noventa do século XIX, comissários régios. Atendera-se a uma situação de emergência ditada pelas circunstâncias da revolta dos guerreiros Vátuas, mas também à distância que separava além-mar e metrópole, sem ignorar os deficientes e morosos meios de comunicação. Aventava-se que o Terreiro do Paço desconhecia a realidade local e, enquanto poder longínquo, apenas tardiamente daria solução, quer a problemas do quotidiano, quer a questões estruturais. Sabe-se que Manuel Maria Coelho, antecessor de Norton de Matos, chegara a solicitar que lhe atribuíssem

---

<sup>583</sup> “O Alto Comissario em Angola fala a um redator do Diário de Notícias da campanha promovida pelos antiesclavagistas”, in *Diário de Notícias*. Lisboa: 17/01/1921, N.º 17.800, p. 1.

<sup>584</sup> Valentim Alexandre, *Velho Brasil, Novas Áfricas*, pp. 184-185.

<sup>585</sup> Cf. Maria Cândida Proença, “A Questão Colonial”, in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da República Portuguesa*, pp. 503-504.

“faculdades de comissário da República” e que Pimenta de Castro, perante o estado de guerra, pensara em investir o general Pereira de Eça com os cargos de comandante das Forças Expedicionárias e alto-comissário de Angola<sup>586</sup>. Em ambos os casos, era a conjuntura que ditava a delegação de poderes. Em 1921, a situação tornara-se ainda mais premente, pelas razões expostas e pelo facto de, em Angola (e nas outras províncias), os governadores se irem sucedendo, sem solução de continuidade, sem hipóteses de gizar e aplicar um programa estruturado e coerente. Veja-se que, entre 1915 e 1921, nove governadores se haviam sucedido em Luanda.

Convidado em abril de 1920, para o cargo de alto-comissário em Angola, pelo ministro das Colónias, Utra Machado, Norton de Matos apenas aceitou a incumbência em agosto, tomando posse tão-só em outubro. Este longo compasso temporal, no decorrer do qual se desdobrou em viagens, a Bruxelas e a Londres, em missão oficial, “preparando os trabalhos que vai realizar e desenvolver”<sup>587</sup> e conquistando “grandes vantagens morais e materiais”<sup>588</sup>, terminou a 16 de abril do ano seguinte, quando assumiu funções em Luanda. A 24 de fevereiro partira Brito Camacho, que se tornaria o primeiro alto-comissário de Moçambique.

Em março, o parlamento, nas sessões de 15 e de 18, discutiu as condições dos empréstimos requeridos pelo alto-comissário de Angola, com vista à “nacionalização da colónia”, que, segundo o deputado Lopes de Carvalho, “não se faz só à custa da colonização, promovendo e auxiliando a emigração com o fim de conseguir a fixação de fortes núcleos de colonização com elementos portugueses

---

<sup>586</sup> Cf. Renato Mascarenhas, *Norton de Matos. Alto-Comissário e Governador-Geral de Angola*, p. 119.

<sup>587</sup> “O Alto Comissario em Angola fala a um redator do Diário de Notícias da campanha promovida pelos antiesclavagistas”, in *Diário de Notícias*. Lisboa: 17/01/1921, N.º 17.800, p. 1.

<sup>588</sup> Intervenção do ministro das Colónias Paiva Gomes, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 15/03/1921, p. 31.



da metrópole”. Para além “da verba destinada a portos e caminhos de ferro, as mais importantes são aquelas que se destinam à colonização, ao saneamento e assistência aos indígenas”, pois, em seu entender, seria imperioso “fazer uma ampla obra de assistência, sob todos os pontos de vista, aos naturais da colónia, que portugueses são e que razões de ordem histórica colocaram sob a ação civilizadora da metrópole”<sup>589</sup>. Algumas críticas foram feitas acerca do elevado valor dos empréstimos e das reais possibilidades de a província os pagar a 50 anos, com o aumento do imposto sobre os naturais, o incremento do comércio interno e a exploração das jazidas de diamantes, “apelando-se só em último caso para capitais estrangeiros”<sup>590</sup>.

Na sessão parlamentar de 18 de março, vários deputados, em jeito de tributo, saudaram a instituição dos altos-comissários, tendo o Partido Democrático, o Partido Liberal, o Partido da Reconstituição Nacional, o Partido Socialista, bem como o Partido Republicano Popular, desejado os maiores sucessos a Norton de Matos e Brito Camacho<sup>591</sup>. Certamente que o facto de os dois altos-comissários pertencerem a famílias políticas de orientação diferente terá motivado algum consenso entre os deputados.

Pouco antes de rumar a Angola, Norton abriu uma série de conferências dinamizadas pelo *Diário de Notícias*, no Salão Nobre da Academia de Ciências, com os seguintes tópicos:

A mentalidade colonial do país; aspeto internacional da nossa política colonial; atitude a tomar em face deste aspeto internacional; aspeto das relações internas que apresenta a nossa política colonial; administração, fomento e colonização; teremos de organizar

---

<sup>589</sup> Intervenção de Lopes de Carvalho, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 15/03/1921, p. 31.

<sup>590</sup> Cf. “Uma conferência Notável”, in *O Século*. Lisboa: 20/03/1921, p. 2.

<sup>591</sup> Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 18/03/1921, pp. 11 e ss.

por forma modelar a administração de Angola; a obra de fomento; a colonização; degredados e vadios; para grande obra do seu desenvolvimento, Angola carece de homens e dinheiro. A metrópole vai fornecer-lhe os seus mais preclaros filhos, os seus mais enérgicos trabalhadores, e, em copiosa soma os seus capitais<sup>592</sup>.

Presidida pelo chefe de Estado, António José de Almeida, o ministro das Colónias, António de Paiva Gomes, e o diretor do *Diário de Notícias*, Augusto de Castro, a conferência começou por traçar um esboço histórico da natureza colonial do país, o qual, “apertado entre o mar e a Espanha”, fora pioneiro na “epopeia das expedições marítimas”<sup>593</sup>. A alusão aos ciclos de “grandeza e épocas de decadência”, argumento caro aos ideólogos desde Oliveira Martins, abria caminho ao passado recente, emergindo Andrade Corvo como precursor do moderno pensamento colonial, pautado pelo investimento na educação e nas atividades agrícolas e comerciais. Depois, justificava o envolvimento na Grande Guerra e, obviamente, o seu papel, com base nas “ambições alemãs”, e propunha um plano de oito anos para Angola, a fim de “modelar os serviços de administração da colónia” e “impulsionar o desenvolvimento e progresso”, sendo “indispensável gastar enormes quantias”<sup>594</sup>.

No que tocava à colonização, mostrava-se favorável, como em 1912, à redistribuição da população nativa pelas terras aráveis e ao incremento migratório de famílias metropolitanas, capazes de povoar as regiões planálticas, mais frescas e sadias. A reorganização dos serviços públicos era outra meta. Por seu lado, os transportes e comunicações

---

<sup>592</sup> “As conferências do Diário de Notícias serão inauguradas nesta noite, na sala da Academia de Ciências pelo general snr. Norton de Matos”, in *Diário de Notícias*. Lisboa, 19/03/1921, N.º 17.817, p. 1.

<sup>593</sup> Cf. “A Província de Angola”, in *Diário de Notícias*. Lisboa, 20/03/1921, N.º 17.818, p. 1.

<sup>594</sup> Idem, *ibidem*, p. 1.

permitiriam estimular a atividade comercial e gerar a livre iniciativa<sup>595</sup>. Inicialmente apartadas e vigiadas pelo poder de Luanda, de forma a prevenir situações de servidão (e de mestiçagem), as duas sociedades, de colonos e colonizados, tornar-se-iam produtoras e consumidoras nas décadas seguintes, através de um plano inscrito na longa duração, suscetível de dotar a província de infraestruturas modernas e capitalistas.

### **Procônsul ou Imperador?**

O discurso inaugural de Norton de Matos, dito na residência do governador-geral, em Luanda, a 16 de abril de 1921, à semelhança daquele proferido em 1912, foi breve e lapidar, sem referir, em concreto, as medidas a empreender. Fez o elogio dos antecessores nessa função, em termos de “obra patriótica”, e dirigiu-se “aos habitantes da Província de Angola, sem distinção de raças e nacionalidades”, embora nomeasse os funcionários públicos, os operários, os pescadores e os colonos nacionais enquanto agentes de “civilização e educação de raças não civilizadas e não educadas”<sup>596</sup>. Esta, a primeira parte do discurso, pontuada, ainda, por referências à “moral pública” e aos “processos modernos” da tradicional colonização portuguesa.

Na segunda parte, anunciava a possibilidade de contrair empréstimos para financiar o progresso da província, enumerando as “virtudes sociais” que deveriam presidir à responsabilidade de administrar e utilizar aqueles: “o civismo, a disciplina, as qualidades de trabalho, o espírito de sacrifício e de obrigação perante o bem da comunidade”<sup>597</sup>.

---

<sup>595</sup> Cf. Armando Malheiro da Silva, “General Norton de Matos (1867-1955)”, p. 181.

<sup>596</sup> *Providências Tomadas pelo General J. M. R. Norton de Matos, como Alto Comissário da República e Governador-Geral (abril a dezembro de 1921)*, pp. 5-7.

<sup>597</sup> *Ibidem*, p. 7.

Estes valores mutualistas, inscritos na “dedicação e respeito pela República”, palavras com as quais o discurso findava, remetiam, pois, para um cenário de largo financiamento das obras públicas e das atividades económicas, pelo que implicavam um compromisso entre o alto-comissário e os cidadãos. Compromisso esse que muitos sentiriam rompido, quando, em meados de 1923, a situação financeira de Angola começou a dar sinais de degradação. Daí que o primeiro decreto do seu consulado, “mandando pôr em vigor o Estatuto do Alto Comissariado da República em Angola”, tivesse sido visto, *a posteriori*, como o ato fundador de um poder discricionário, sem peias, que conduziria o território ao descabro.

O Decreto N.º 1, mandado pôr em vigor nesse mesmo dia, estabelecia, então, que o novo cargo “serve, em regra, durante cinco anos”, gozando o alto-comissário “das honras que competem aos ministros da República”. Esta “suprema autoridade militar” teria atribuições dos ministérios da Guerra, Marinha e Colónias, exercendo o poder executivo. Os decretos seguintes promulgavam a Carta Orgânica da Província de Angola, que apenas poderia “ser alterada pelo Poder Executivo, nos termos legais”, enunciavam as funções do governador-geral, funções essas cumulativamente desempenhadas pelo alto-comissário, e preceituavam acerca do Conselho Executivo, do Conselho Legislativo e do Tribunal Administrativo<sup>598</sup>. Esta divisão de poderes, não obstante, concentrava largas atribuições na pessoa do alto-comissário, as quais Norton já defendera em artigos e em entrevistas dez anos antes, por considerar a melhor concretização do modelo descentralizador britânico.

Por seu lado, o Decreto N.º 3 de 30 de abril, “dissolvendo a Associação dos Funcionários Públicos da Província de Angola”, sob a alegação de exercício de “ação altamente nociva à disciplina do funcionalismo e ao prestígio da Administração e Governo da República

---

<sup>598</sup> Ibidem, pp. 8-34.

na Província de Angola”<sup>599</sup>, foi secundada por outras limitações, que atingiram as organizações e associações de assimilados<sup>600</sup>.

Desde finais do século XIX que, sobretudo na Guiné, em Cabo Verde e em Angola, grupos de mestiços e de negros assimilados, quase todos escolarizados, vinham constituindo movimentos recreativos, cívicos e literários, tendendo a manifestar-se através de periódicos e de iniciativas de cunho beneficente e cultural. Embora a sua matriz proviesse de uma série de pensadores afro-americanos, como Alexander Crumnel, W. E. B. DuBois ou Edward Blyden, que pregavam a reabilitação do homem africano, a verdade é que, numa ambiguidade que o estudioso Mário Pinto de Andrade crismou de “proto-nacionalismo”<sup>601</sup>, estes grupos tentavam harmonizar a condição de assimilado com o patriotismo português, reivindicando maiores liberdades, o fim da discriminação e igualdade de oportunidades, que a criação de liceus viria, obviamente, caucionar. Por vezes, como sucedeu com o opúsculo *Voz de Angola clamando no deserto*, a discussão subia de tom, invetivando-se o racismo dos colonos, atestando-se, no negro angolano, a “qualidade de homem como qualquer outro” e até esboçando-se posições autonomistas e independentistas<sup>602</sup>.

A princípio, no período de 1912-1915, Norton de Matos havia mantido relações cordiais com a Liga Angolana e o Grémio Africano, que sustentavam as ideias republicanas, por as julgarem emancipadoras e liberais, tendo, inclusive, o então governador-geral assistido à aprovação dos estatutos da Liga Angolana, em julho de 1913. Sem dúvida que ambos alimentavam interesses comuns no que respeitava

<sup>599</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>600</sup> Cf. Douglas Wheeler e René Pélissier, *História de Angola*, p. 185.

<sup>601</sup> Cf. Mário Pinto de Andrade, *Origens do Nacionalismo Africano*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997, pp. 75-79; Julião Soares Sousa, “Os movimentos unitários anticolonialistas (1954-1960). O contributo de Amílcar Cabral”, in *Estudos do Século xx*. Coimbra: Quarteto, 2003, N.º 3, pp. 325-328.

<sup>602</sup> Cf. Douglas Wheeler e René Pélissier, *História de Angola*, p. 163.

à erradicação do trabalho forçado<sup>603</sup>. Porém, faltara a esses grupos de assimilados ler os artigos/entrevistas do governador acerca da educação dos africanos, datados de 1911-1912, pelo que melhor perceberiam a rutura, ainda em 1913, agravada pelos processos levantados a membros da Liga Angolana, devido a suspeitas de nativismo e de separatismo. De maneira que, em 1922, o encerramento da Liga Angolana e do Grémio Africano, assim como uma série de jornais que expressavam opiniões favoráveis a estas associações, foi encarado como o ato final de um tipo de governação estribado no autoritarismo, contrária à ética republicana e, acima de tudo, agindo a partir de rumores de revolta, que se revelaram infundados. Assim, na opinião de Douglas Wheeler e René Pélissier, para os assimilados, que apenas esporadicamente voltariam a recuperar a voz, o consulado “nortoniano” teria consubstanciado e aberto caminho à privação das liberdades cívicas, de que o Estado Novo, no seu processo centralizador e cerceador de direitos, seria um justo herdeiro<sup>604</sup>.

De resto, Norton, ainda que, mais tarde, tenha descrito o *Apartheid* como uma “evidente utopia” e uma “manifestação do germanismo que conduziu à última guerra: a superioridade do ariano, a pureza de sangue”<sup>605</sup>, não se escusava a julgar excecional a promoção de casamentos dos portugueses com “as mulheres indígenas de boa casta”, levada a cabo por Afonso de Albuquerque. Neste capítulo, manter-se-ia irredutível, mesmo após compulsar leituras em torno de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, como adiante se comprovará. A mestiçagem, a ocorrer, teria apenas lugar num futuro distante:

---

<sup>603</sup> Cf. Maria Alexandre Dáskalos, *A Política de Norton de Matos para Angola*, pp. 143-144.

<sup>604</sup> Cf. Douglas Wheeler e René Pélissier, *História de Angola*, pp. 187-192.

<sup>605</sup> Cf. José Norton de Matos, *A Nação Una*, p. 193.

A experiência de séculos mostrou-nos, porém, que os cruzamentos das raças branca e preta não podiam dar bons resultados e que, pelo menos, durante o largo período em que o povo português tem de levar a cabo na África a alta missão que lhe marca a sua finalidade histórica, esses cruzamentos têm de ser rigorosa e severamente contrariados, para que as qualidades indispensáveis àquela realização se não percam ou se não obliterem. [...] Viverão naquela grande região duas raças, a princípio, o mais possível distantes uma da outra; depois, pouco a pouco, à medida que a civilização da raça preta for aumentando e se for, portanto, aproximando da civilização que ali pretendemos implantar, essa distância diminuirá. [...]

A fusão será então fatal? Tudo leva a crer que sim. Mas essa época está ainda muito longe e essa mistura levará séculos a realizar-se; e é legítimo perguntar que mal dessa lenta fusão virá ao mundo e a Portugal. Uma nova raça surgirá com mais vitalidade e mais força, mais adaptada às condições de vida do grande continente africano e capaz de aumentar enormemente a civilização humana<sup>606</sup>.

No entretanto, havia que estimular a colonização metropolitana. Neste propósito, em 1921, criou-se a Agência de Angola; em 1922, foi instituído o Conselho Superior de Colonização; depois, em 1923, a Secretaria Provincial de Colonização – serviços efémeros e de escassos resultados na propaganda e captação de colonos<sup>607</sup>. Ainda assim, o projeto passaria pela atração de “elementos desejáveis”, como funcionários públicos, que completariam a ocupação civil de Angola, através da concessão de “moradia condigna” e serviços de saúde e educativos que, fatalmente, seguiriam “esses aglomerados

---

<sup>606</sup> Idem, *A Província de Angola*, p. 231.

<sup>607</sup> Cf. Renato Mascarenhas, *Norton de Matos*, pp. 164-165.

de famílias europeias”<sup>608</sup>. Operários, pescadores e trabalhadores diversos, conforme a sua proveniência geográfica e social, ocupariam as diferentes regiões de Angola, próximo do mar ou em áreas agrícolas planálticas, em colonatos desenhados em esquadria. A título de ilustração, baseado no exemplo da localidade de Porto Alexandre, colonizado por poveiros, sugeria que “a costa sul de Angola deve ser exclusivamente ocupada pela raça branca [...] somente devem poder viver nela os indígenas que, pela sua civilização, se possam considerar iguais a nós”<sup>609</sup>.

Este apartamento de grupos humanos, em nome do combate à miscigenação, à “cafrealização” e à “exploração do homem [africano] pelo homem [europeu]”, estipulava números precisos: o estabelecimento de aldeias com vinte famílias – cerca de 100 pessoas – num total de 600 aldeias, entre 1924 e 1927, ou seja, cerca de 60.000 novos habitantes. Cada aldeia seria sustentada pela metrópole e pela colónia, durante os primeiros cinco anos, ficando o povoado isento de impostos nos primeiros anos. O sucesso da iniciativa seria avaliado dez anos decorridos após o último esforço colonizador, decidindo-se da possível prossecução. Uma estrutura cooperativista presidiria a este comunitarismo de raiz socialista utópica, que disporia de “bens comuns, tais como alfaías, celeiros, silos”<sup>610</sup>, seguindo um pensamento que atraía Norton na juventude. Em cada circunscrição conviveriam aldeias de colonos e “conjuntos de comunidades nativas”.

Estes projetos, à altura, sem solução de continuidade, pesariam em empreendimentos mais tardios, como o colonato de Cela e da Matala, datados dos albores dos anos cinquenta, quando importava ocupar a fim de contrariar as vozes do anticolonialismo. No momento, pelas

---

<sup>608</sup> José Norton de Matos, “Como pretendi povoar Angola”, in *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa: AGC, 1933, Ano IX, N.º 100, p. 91.

<sup>609</sup> Idem, *ibidem*, p. 95.

<sup>610</sup> Renato Mascarenhas, *Norton de Matos*, p. 173.



- CATROGA, Fernando, “Positivistas e Republicanos”, in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal*, Lisboa. Temas e Debates: 1998, pp. 101-134.
- CATROGA, Fernando, “História e Ciências Sociais em Oliveira Martins”, in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, pp. 156-157.
- CATROGA, Fernando, *Entre Deuses e Césares. Secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. Coimbra: Almedina, 2010.
- CENTEIO, Ivone *As Ilhas de Cabo Verde (1820-1960): a problemática da mestiçagem e a defesa do estatuto de adjacência*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: FLUC, 2007 (policopiada).
- CLARENCE-SMITH, Gervase, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1990.
- COOTER, Roger, *The cultural meaning of popular science. Phrenology and the organization of consent in nineteenth-century Britain*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- DAVEAU, Suzanne Daveau, “Apresentação”, in RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Letra Livre: 2011, pp. 7-13.
- Depoimentos: campanha eleitoral da oposição*. Lisboa: Serviços Centrais da Candidatura, 1949.
- ELIADE, Mircea, *O Mito do Eterno Retorno*. Lisboa: Edições 70.
- ESTEVAO, João, “Cabo Verde”, in ALEXANDRE, Valentim, e DIAS, Jill (coord.), *O Império Africano 1825-1890*, in SERRÃO, Joel, e MARQUES, A. H. Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. X, pp. 167-210.
- FANON, Frantz, *Os condenados da terra*. Lisboa: Ulmeiro, s. d.
- FARINHA, Luís, *Cunha Leal. Deputado e Ministro da Republica. Um Notável Rebelde*. Lisboa: Assembleia da República. Divisão de Edições, 2009.
- FARINHA, Luís, *O Revirálbo. Revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*. Lisboa: Estampa, 1998.
- FERRO, Marc, *História da Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. Lisboa, Edições 70, 1992.
- FERRO, Marc, *Histoire des Colonisations. Des conquêtes aux indépendances XIII<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup>*. Paris: Éditions du Seuil, 1994.
- FREUDENTAHL, Aida Faria, “Angola”, in Oliveira Marques (coord.) *O Império Africano 1825-1890*, in Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, vol. XI, pp. 259-467.
- GARCIA, José Luís Lima, “A ideia de Império na propaganda do Estado Novo”, in *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História das Ideias, 1992, vol. 14 – “Descobrimientos, Expansão e Identidade Nacional”, pp. 411-424.
- GARCIA, José Luís Lima, *A História do Boletim da Agência-Geral das Colónias/Boletim Geral do Ultramar e a propaganda colonial. A acção do primeiro Director, Dr. Armando Cortesão (1924-1932)*. Guarda: Instituto Politécnico da Guarda, 1997.
- GARCIA, José Luís Lima, *Ideologia e Propaganda Colonial no Estado Novo: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar 1924-1974*. Dissertação de Doutoramento

- apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: FLUC, 2011 (policopiada),
- GIL, José, *Salazar: a Retórica da Invisibilidade*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 1995.
- GILBERT, Martin, *A Segunda Guerra Mundial*. Alfragide: D. Quixote, 2009.
- GUAGREN, Yin, e RULIN, Zhang, *Breve Monografia de Macau*. Macau: Instituto Cultural do Governo da Região Autónoma de Macau, 2009.
- GUIMARÃES, Ângela, *Uma corrente do colonialismo português: a Sociedade de Geografia de Lisboa 1875-1895*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.
- HAMMOND, Richard, *Portugal and Africa (1815-1910). A study in uneconomic Imperialism*. Stanford: Stanford University Press, 1966.
- HARVEY, Robert, “Robert Clive”, in ROBERTS, Andrew (ed.), *The Art of War. Great Comanders of the Modern World*. Quercus, 2009, pp. 100-107.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, “Do ‘Iluminismo’ ao Positivismo. Joaquim António da Silva Cordeiro e a sua obra”. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1981.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, “Memória sobre as causas do Ultimato Inglês de 1890”, in *Biblos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1985, vol. LXI, pp. 453-471.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Propaganda Republicana. 1870-1910*. Coimbra: Coimbra Editora, 1990.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, “O Ultimatum Inglês de 1890 e a opinião pública”, in *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História das Ideias, 1992, vol. 14 – “Descobrimientos, Expansão e Identidade Nacional”, pp. 281-296.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, e RAMIRES, Alexandre, *Memorial Republicano*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2012.
- HORTA, José da Silva, “A imagem do Africano pelos portugueses antes dos contactos”, in FERRONHA, António Luís (coord.), *O Confronto do Olhar. O encontro dos povos na época das Navegações Portuguesas*. Lisboa: Editorial Caminho, 1991.
- IYER, Lakshmi, “Direct versus indirect colonial rule in India: long-term consequences”, in *The Review of Economics and Statistics*. November 2010, Vol. XII, N.º 4, pp. 693-713.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira, *Livros Brancos, Almas Negras. A «missão civilizadora» do colonialismo português (c. 1870-1930)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.
- KEEGAN John, *Uma História da Guerra*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009.
- KI-ZERBO, Joseph, *História da África Negra*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1999, vol. I.
- LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.
- LEMONS, Mário Matos, *Jornais Diários Portugueses do Século xx. Um Dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora, 2006.
- LÉONARD, Yves “A ideia colonial, olhares cruzados (1890-1930)”, in BETHENCOURT, Francisco, e CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, vol. 4, pp. 536-550.

- LÖWITZ, Karl, *O Sentido da História*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- LUCAS, Maria Manuela, “A Ideia Colonial em Portugal (1875-1914)”, in *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História das Ideias, 1992, vol. 14 – “Descobrimentos, Expansão e Identidade Nacional”, pp. 297-324.
- LUCAS, Maria Manuela, “Organização do Império”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. V, pp. 285-311.
- MABILAT, Claire, *Orientalism and Representations of Music in the Nineteenth-Century British Popular Arts*. Aldershot: Ashgate, 2008.
- MARGARIDO, Alfredo, “Prefácio” in TORRES, Adelino, *O Império Português entre o Real e o Imaginário*. Lisboa: Escher, 1991, pp. 7-21.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Afonso Costa*. Lisboa: Arcádia, 1975, 2.<sup>a</sup> ed.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, “Introdução”, in MARQUES, A. H. de Oliveira, (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. X, pp. 19-94.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *A maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1983, 2.<sup>a</sup> ed.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1998.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Primeira República Portuguesa. Para uma visão estrutural*. Lisboa: Livros Horizonte, s. d.
- MARQUES, João Pedro, *Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999.
- MARQUES, João Pedro, *Sá da Bandeira e o fim da escravidão: vitória da moral, desforra do interesse*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2008.
- MARQUES, José Frederico Ferreira, *O passado e o presente da mais antiga colónia*. Lisboa: Editorial Cosmos, s. d.
- MARQUES, Maria Adelaide, “Mascarenhas, Estêvão Jeremias”, in MÓNICA, Maria Filomena, *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2005, vol. II (D-M), pp. 785-786.
- MARTINS, Rui Cunha, “Das Fronteiras da Europa às fronteiras da ideia de Europa (o argumento paradigmático e o argumento integrador)”, in RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), *Ideias de Europa. Que Fronteiras?* Coimbra: Quarteto, 2004, pp. 35-42.
- MARTINS, Rui Cunha, *O método da fronteira: radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo*. Coimbra: Almedina, 2008.
- MATOS, Helena, *Salazar. A Construção do Mito (1928-1933)*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010.
- MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vols. V e VI.
- MEDEIROS, Carlos Alberto, “Os exploradores africanos do último quartel do século XIX”, in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos nossos Dias*. Alfragide: Ediclube, 1998, vol. IX “A Monarquia Constitucional”, pp. 189-198.
- MIKKELI, Heikki, *Europa, Storia di un'idea e di un'identità*. Bologna: Società Editrice il Mulino, 2002.
- MILLIN, Sarah Gertrude, *Cecil Rhodes*. London: Chatto & Windus, 1933.
- MILZA, Pierre, *As relações internacionais de 1871 a 1914*. Lisboa: Edições 70, 2007.

- MIRANDA, Jorge, *As Constituições Portuguesas: de 1822 ao texto actual da Constituição*. Lisboa: Petrony, 1992, 3.<sup>a</sup> edição.
- MOREIRA, Adriano, Prefácio”, in CORVO, João Andrade Corvo, *Perigos. Portugal na Europa e no Mundo*. Porto: Fronteira do Caos, 2005, pp. 7-14.
- MOURA, Maria Lúcia de Brito, *A guerra religiosa na I República*. Cruz Quebrada: Notícias, 2004.
- MOUTINHO, Mário, *O Indígena no Pensamento Colonial Português (1895-1961)*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- NASCIMENTO, Augusto, “S. Tomé e Príncipe até meados d Oitocentos: o predomínio dos ilhéus”, in ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord.) *O Império Africano 1825-1890*, in SERRÃO, Joel, e MARQUES, A. H. Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. X, pp. 269-318.
- NAVARRO, Bruno, *Governo de Pimenta de Castro. Um General no Labirinto Político da I República*. Lisboa: Assembleia da República, 2011.
- NETO, Sérgio, *Colónia Mártir, Colónia Modelo. Cabo Verde no Pensamento Ultramarino Português (1925-1965)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- NETO, Sérgio, “Periódicos de temática ultramarina – cultura, propaganda e informação na antecâmara do Estado Novo. O caso do *Jornal da Europa* (1927-1931)”, in *Estudos do Século XX*, Coimbra, Imprensa da Universidade Coimbra, 2008, n.º 8, pp. 317-328.
- NEWBY, Eric, *O Livro dos Viajantes*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1999.
- NEWITT, Malyn, *Portugal in Africa. The Last Hundred years*. London: C. Hurst & Co., 1981.
- NOBRE Eduardo, *Duelos e Atentados*. Lisboa: Quimera, 2004.
- NORA, Pierre (dir.), *La Nation*. Paris: Éditions Gallimard, 1986, vol. II – “Les Lieux de Mémoire”.
- NOUSCHI, Marc, *O Século XX*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- NOVAIS, Noémia Malva, *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)*. Coimbra: Minerva-História, 2006.
- Ó, Jorge Ramos do, *Os Anos de Ferro – o dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” (1933-1949)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.
- OLIVEIRA, João Nobre de, *A Imprensa Cabo-verdiana (1820-1975)*. Macau: Fundação Macau, 2002.
- OLIVEIRA, Pedro Aires, *Armindo Monteiro. Uma Biografia Política*. Venda Nova: Bertrand Editora, 2000.
- OLIVIER, Ihl, *La fête républicaine*. Paris: Gallimard, 1996.
- OZOUF, Mona, *La fête révolutionnaire (1789-1799)*. Paris: Gallimard, 1989.
- PAIXÃO, Braga, *Sá da Bandeira, na pasta da Marinha*. Lisboa: Centro de Estudos da Marinha, 1976.
- PAKENHAM, Thomas *The scramble for Africa: 1876-1912*. London: Weindenfeld and Nicolson, 1991.
- PAULO, Heloísa, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Minerva-História, 1994.

- PÉLISSIER, René, *Histórias das Campanhas de Angola: Resistência e revoltas (1845-1941)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, 2 vols.
- PÉLISSIER, René, *História de Moçambique: Formação e Oposição (1854-1918)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987-1988, 2 vols.
- PÉLISSIER, René, *História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegâmbia (1841-1936)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, 2 vols.
- PÉLISSIER, René, *Timor em Guerra. A Conquista Portuguesa (1847-1913)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2007.
- PEREIRA, Ana Leonor, *Darwin em Portugal. Filosofia, História, Engenharia Social*. Coimbra: Almedina, 2001.
- PEREIRA, Pedro Marçal de Vaz, *As Missões Laicas em África na 1ª República em Portugal*. Lisboa: Edição do Autor, 2013, 2 vols.
- PICCHIO, Luciana Steganano, *Mar Aberto. Viagens dos Portugueses*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.
- PIMENTA, Fernando, *Branços de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra: MinervaCoimbra 2005,
- PIMENTA, Fernando, *Portugal e o Século XX. Estado-Império de Descolonização (1890-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2010.
- PINTO, António Costa, “O Fascismo e a Crise da Primeira República: os nacionalistas lusitanos (1923)”, in *Penélope*. Lisboa: Junho de 1989, N.º 3, pp. 44-62.
- PIRES, Leonor Martins, *Um império de papel: imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875-1940)*. Lisboa: Edições 70, 2012.
- POLIAKOV, Léon, *O Mito Ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*. S. Paulo: Editora Perspectiva, 1985.
- POLIAKOV, Léon, *The History of Anti-Semitism*. Pennsylvania: University of Pennsylvania, 2004, 4 vols.
- PORTELA, Artur, *Os Grandes Duelos de Portugal*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, s. d.
- PROENÇA, Maria Cândida, “A Questão Colonial”, in Fernando Rosas, e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 503-521.
- PROENÇA, Maria Cândida, *A Questão Colonial no Parlamento*. Lisboa: D. Quixote, 2008, vol. II (1910-1926).
- PROENÇA, Maria Cândida, *A questão religiosa no Parlamento*. Lisboa: Assembleia da República, Divisão de Edições, 2011, vol. II (1910-1926).
- REIS, Célia, “Índia”, in MARQUES, A. H. Oliveira (coord.) *O Império Africano 1825-1890*, in SERRÃO, Joel, e MARQUES, A. H. Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, vol. XI, pp. 585-662.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *A Ideia de Europa, Uma perspectiva Histórica*. Coimbra: Quarteto, 2003.
- RIBEIRO, Orlando, *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.
- RIBEIRO, Orlando, *A Ilha do Fogo e as suas erupções*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

- RIBEIRO, Orlando, *Goa em 1956. Relatório ao Governo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Letra Livre: 2011.
- ROSA, António Augusto, *A República em duas eleições presidenciais: 1949 e 1951*. Trabalho de Seminário apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: 1998.
- ROSAS, Fernando, “Da ditadura militar ao Estado Novo: a ‘longa marcha’ de Salazar”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. VII, pp. 151-241.
- ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta-da-China, 2012.
- ROSAS, Fernando, BARROS, Júlia Leitão, e OLIVEIRA, Pedro (org.) *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar. Correspondência Política (1926-1955)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- ROSAS, Fernando, e ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2009.
- SAID, Edward, *Orientalismo*. Lisboa: Edições Cotovia, 2004.
- SALDANHA, António Vasconcelos de, *O Tratado Impossível. Um exercício de diplomacia luso-chinesa num contexto internacional em mudança (1842-1887)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.
- SALDANHA, António Vasconcelos de, *Negociações e Acordos Luso-Chineses sobre os Limites de Macau no Século XIX. Contribuição para a compreensão dos actuais limites da região administrativa especial de Macau da República Popular da China*. Lisboa: Instituto do Oriente – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas-Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Internacional de Macau, 2010.
- SALDANHA, António Vasconcelos de, “Apresentação e Introdução”, in Joaquim José Machado, *Missão na China. Diário do Comissário Régio Joaquim José Machado nas Conferências Luso-Chinesas para a Delimitação de Macau (1909-1910)*. (Apresentação e Introdução por António Vasconcelos de Saldanha e Leitura do Manuscrito e Introdução Literária de Carmen Radulet). Macau: Fundação de Macau, 1999, pp. 15-45.
- SANTOS, Joaquim António Fernandes dos, *Do Império da Raça à «Raça do Império». Etnicidade e Colonialismo (1870-1914)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: (policopiada).
- SARKIN-HUGHES, Jeremy, *Colonial genocide and reparations claims in the 21st century: the socio-legal context of claims under international law by the Herero against Germany for genocide in Namibia (1904-1908)*. Westport: Praeger Security International, 2009.
- SEABRA, Jorge, “Imagens do Império: o caso Chaimite, de Jorge Brum do Canto”, in TORGAL, Luís Reis, (coord.), *O Cinema sob olhar de Salazar*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 235-273.
- SERRA, João B., “A evolução política (1910-1917)”, in ROSAS, Fernando, e ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 93-128.
- SILVA, António Correia e, *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo*. Praia-Mindelo: Centro Cultural Português, 1998.
- SILVA, António Correia e, *Espaços urbanos de Cabo Verde. O tempo das cidades-porto*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.



- SILVA, António Martins da, “A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. V, pp. 89-105.
- SILVA, Armando Malheiro da, *Sidónio e Sidonismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/Museu da Presidência da República, 2006, 2 vols.
- SILVA, Helena Moreira, *Monarquia do Norte 1919*. Lisboa: Quidnovi, 2005.
- SILVEIRA, Joel Frederico, “Guiné”, in ALEXANDRE, Valentim, e DIAS, Jill (coord.) *O Império Africano 1825-1890*, in SERRÃO, Joel, e MARQUES, (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. X, pp. 211-267.
- SOUSA, João Tiago de, *Costa Brochado: um intelectual orgânico do Regime Salazarista*. Coimbra: Mar da Palavra, 2004.
- SOUSA, Pedro Miguel, *O Colonialismo de Salazar*. S. l.: Via Occidentalis, 2008.
- STOICA, Alina, *Relatii diplomatice româno-portugheze (1919-1933). Martinho de Brederode – ambasador la Bucuresti*. Oradea: Editura Universitatii din Oradea, 2011.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês”, in *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987, vol. XXIII (98), p. 687-719.
- TELO, António José “Um sonho cor-de-rosa? Portugal, a Europa e África (1879-1891)”, in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos nossos Dias*. Alfragide: Ediclube, 1998, vol. IX “A Monarquia Constitucional”, pp. 199-218.
- TORGAL, Luís Reis, *História e ideologia*. Coimbra: Minerva-História, 1989.
- TORGAL, Luís Reis, (coord.), *O Cinema sob olhar de Salazar*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- TORGAL, Luís Reis, “‘Muitas Raças, uma Nação’ ou o mito do Portugal multirracial na ‘Europa’ do Estado Novo”, in *Estudos do Século XX*. Coimbra: Quarteto, 2002, N.º 2, pp. 147-165.
- TORGAL, Luís Reis, *António José de Almeida e a República*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004.
- TORGAL, Luís Reis, “De l’Empire atlantique eurafricain au communauté des pays de langue portugaise. Réalité, mythe et utopie”, in *Materiaux pour l’histoire de notre temps*. Nanterre: Janvier-Mars, 2005, N.º 77, pp. 61-67.
- TORRES, Adelino, “As contradições do paradigma colonial” in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1996, vol. 2, pp. 101-120.
- TORRES, Adelino, *O Império Português entre o Real e o Imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.
- TORRES, Adelino, “Escravidão e economia colonial. O fracasso do Liberalismo”, in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1996, vol. 1, pp. 495-506.
- VALENTE, Vasco Pulido, “Henrique Paiva Couceiro – um colonialista e um Conservador”, in *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001, vol. XXXVI (160), pp. 767-802.
- VALENTE, Pulido, *Portugal. Ensaios de História e de Política*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2009.
- VENÂNCIO, José Carlos, *O Facto Africano. Elementos para uma Sociologia de África*. Lisboa: Vega, 2000.
- VIEIRA, Amândio de Sousa (selecção de fotografias e recolha de textos), *Ponte de Lima. Outros tempos (1858-1949)*. Ponte de Lima: 1994.

- VILLON, Victor, *O mundo português que Gilberto Freyre criou*. Rio de Janeiro : Usina de Letras, 2010.
- WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René, *História de Angola*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009.
- WESSELING, Henri, *Les empires coloniaux européens (1815-1919)*. Paris: Gallimard, 2009.
- WILENSKY, Alfredo Héctor, *Tendencias de la Legislación Ultramarina Portuguesa en África*. Braga: Editora Pax, 1968.

### 2.3. Documentos em Formato Digital / Na Internet

- ALVES, Jofre, “General Norton de Matos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII”  
<http://abril-de-novo.blogspot.pt> e <http://escavar-em-ruinas.blogs.sapo.pt>
- ARAÚJO, Amadeu Gomes de, *Boletim das Missões Civilizadoras – Nota Histórica*  
[http://www.ft.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl\\_fac.asp?SSPAGEID=1012&lang=1&artigoID=231](http://www.ft.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_fac.asp?SSPAGEID=1012&lang=1&artigoID=231)
- BATISTA, Elisabeth, “Entre o Índico e o Atlântico: Incursões literárias de Maria Archer”, in *Revista Crioula. Revista electrónica dos alunos do Programa de Pós-Graduação em estudos Comparados de Literaturas da Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo*  
<http://www.fflch.usp.br/dlcv/revistas/crioula/edicao/01/Dossie/02.pdf>
- FERRÃO, Nuno Sotto Mayor, “A crise colonial em Angola e em Moçambique no debate político” <http://cronicasdoprofessorferrao.blogs.sapo.pt/32944.html>
- FERRÃO, Nuno Sotto Mayor, *O debate político da autonomia colonial (1926-1930) no contexto da ditadura militar*, in <http://cronicasdoprofessorferrao.blogs.sapo.pt/34036.html>
- FERRÃO, Nuno Sotto Mayor, *A ideia federalista do general José Maria de Norton Matos no contexto da política colonial da década de 1930*, <http://cronicasdoprofessorferrao.blogs.sapo.pt/37715.html>
- MADEIRA, Luís Filipe, “Finanças públicas e política colonial: a estrutura oculta (1950-1974)”, in ROQUE, Ana Cristina, SEIBERT, Gerhard e MENDES, Vítor Rosado (coord.), *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*. Lisboa: ISCTE-IUL, CEA-IUL, IICT, 2012, pp. 217-232
- TORRES, Adelino, “Angola: conflitos políticos e sistema social (1928-30)”, [http://www.adelinatorres.com/trabalhos/AngolaConflitospoliticosesistemasocial\\_1928-1930.pdf](http://www.adelinatorres.com/trabalhos/AngolaConflitospoliticosesistemasocial_1928-1930.pdf)



### **3. Sites**

<http://debates.parlamento.pt/>

(Debates Parlamentares)

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>

(Hemeroteca Digital)

<http://arquivos.ministerioultramar.holos.pt/source/presentation/pag.php?pag=0>

(Inventário dos Arquivos do Ministério do Ultramar)

<http://memoria-africa.ua.pt>

(Memória de África da Fundação Portugal-África)

# HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

DIRECÇÃO: MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

«História Contemporânea» é, como todos sabem (sobretudo os historiadores), um conceito lato e ambíguo. É, sempre, no entanto, um «conceito que regressa» e que, por isso, se mantém firme no vocabulário historiográfico. Portanto, continuou-se a adoptá-lo nesta Colecção de carácter geral sobre a história do século XX, e também, por um lado, do século XIX, sempre presente no espírito dos historiadores contemporaneístas, e mesmo, por outro lado, do século XXI, que começa a assomar no horizonte de uma História que se deseja cada vez menos como um passado sem vida e cada vez mais como um processo de interpretação que inclui a reflexão sobre a actualidade. Mas, esta visão não supõe uma concepção «presentista» e ideológica, porque se deseja sobretudo que a História seja uma Ciência, mesmo que se admita – como Le Goff – que ela o é, mas «não é uma ciência como as outras».

A Colecção «História Contemporânea» – que se juntará a outras séries de publicações do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, editadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra – integrará, pois, estudos de variadas temáticas, concepções, objectivos e desenvolvimentos, sobre os últimos séculos da História.

Desta forma, pretende-se situar a História num espaço de «intervenção» (no sentido em que a Ciência é *intervenção*), e numa luta que, de algum modo, prolonga a temática do colóquio do décimo aniversário do CEIS20, «Outros Combates pela História», cujo título se inspirou numa obra clássica de Lucien Fèbvre.